

A identidade docente em tempos de exaustão: entre a prática pedagógica e a sociedade do cansaço

Vitória de Valöis Veloso Beneli ^I  

Lorena Mota Catabriga ^{II}  

Vânia de Fátima Matias ^{III}  

Resumo

O presente estudo investigou os impactos das exigências da sociedade voltada à superprodução na prática docente, com ênfase na sobrecarga de trabalho e seus efeitos na identidade profissional dos professores. Adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão integrativa de literatura e na articulação dos escritos de Byung-Chul Han acerca da sociedade contemporânea com as diretrizes normativas sobre formação docente estabelecidas nas Resoluções CNE/CP nº 02/2015, nº 02/2019 e nº 04/2024. O objetivo foi compreender como a pressão por alto desempenho e a lógica da autoexploração influenciam os docentes em suas dimensões emocional, física e pedagógica. Os resultados evidenciam que a intensificação das tarefas e as demandas por atualização contínua contribuem para o esgotamento dos professores, culminando na perda da satisfação com o ensino, no enfraquecimento das relações pedagógicas e no desgaste da identidade profissional. A docência tem sido impactada, portanto, por uma cultura do desempenho que estimula a produtividade incessante, dificultando o equilíbrio entre trabalho e bem-estar. Conclui-se que há uma necessidade urgente de reformulação das práticas institucionais e da implementação de políticas de suporte ao professor.

Palavras-chave: Condições do trabalho docente; estresse profissional; identidade profissional; legislação do ensino; sociedade.

^I Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM e em Análise de Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade Cidade Verde, FCV. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: vitoriavalois@gmail.com

^{II} Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, UEM. Doutoranda em Educação pelo pela Universidade Estadual de Maringá. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: lozenamotacatabriga@hotmail.com

^{III} Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora Associada do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vfmatias@uem.br

Teacher identity in times of exhaustion: between pedagogical practice and the burnout society

Abstract

The present study investigated the impacts of the demands of a society oriented toward overproduction on teaching practice, with emphasis on workload overload and its effects on teachers' professional identity. A qualitative approach is adopted, grounded in an integrative literature review and in the articulation of Byung-Chul Han's writings on contemporary society with the normative guidelines for teacher education established in Resolutions CNE/CP No. 02/2015, No. 02/2019, and No. 04/2024. The objective was to understand how pressure for high performance and the logic of self-exploitation influence teachers in their emotional, physical, and pedagogical dimensions. The results show that the intensification of tasks and the demands for continuous professional development contribute to teacher burnout, culminating in the loss of satisfaction with teaching, the weakening of pedagogical relationships, and the erosion of professional identity. Teaching has therefore been impacted by a performance-driven culture that encourages incessant productivity, making it difficult to achieve a balance between work and well-being. It is concluded that there is an urgent need to reform institutional practices and to implement teacher support policies.

Keywords: Teaching working conditions; occupational stress; professional identity; educational legislation; society.



La identidad docente en tiempos de agotamiento: entre la práctica pedagógica y la sociedad del cansancio

Resumen

El presente estudio investigó los impactos de las exigencias de una sociedad orientada a la superproducción en la práctica docente, con énfasis en la sobrecarga laboral y sus efectos en la identidad profesional del profesorado. Se adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión integrativa de la literatura y en la articulación de los escritos de Byung-Chul Han sobre la sociedad contemporánea con las directrices normativas sobre la formación docente establecidas en las Resoluciones CNE/CP n.º 02/2015, n.º 02/2019 y n.º 04/2024. El objetivo fue comprender cómo la presión por el alto rendimiento y la lógica de la autoexplotación influyen en los docentes en sus dimensiones emocional, física y pedagógica. Los resultados evidencian que la intensificación de las tareas y las demandas de actualización continua contribuyen al agotamiento del profesorado, culminando en la pérdida de la satisfacción con la enseñanza, el debilitamiento de las relaciones pedagógicas y el desgaste de la identidad profesional. La docencia ha sido impactada, por lo tanto, por una cultura del rendimiento que estimula la productividad incesante, dificultando el equilibrio entre trabajo y bienestar. Se concluye que existe una necesidad urgente de reformular las prácticas institucionales y de implementar políticas de apoyo al profesorado.

Palabras clave: Condiciones de trabajo docente; estrés profesional; identidad profesional; legislación educativa; sociedad.



Introdução

O cansaço docente configura-se como uma problemática recorrente no campo educacional, sendo amplamente discutido à luz de seus múltiplos determinantes e impactos. Fatores como a carga de trabalho excessiva, as condições precárias de ensino, as exigências burocráticas que não condizem com o verdadeiro papel docente e a falta de reconhecimento profissional contribuem significativamente para o desgaste físico e mental dos professores. Nesse contexto, a literatura acadêmica evidencia que o esgotamento mental afeta não apenas a saúde e o bem-estar dos docentes, mas também compromete a qualidade do ensino e influencia a (re)configuração da identidade profissional docente (Reis *et al.*, 2006). Torna-se, portanto, necessário analisar como tais fatores estruturais e subjetivos moldam a vivência profissional docente e seus possíveis impactos no que tange a motivação, o desempenho e a identidade profissional do professor.

A partir da articulação de Han (2015) com as atuais legislações que orientam o campo educacional brasileiro, pode-se analisar o cansaço docente a partir da perspectiva da sociedade do desempenho, na qual os sujeitos são constantemente pressionados a maximizar sua produtividade e eficiência no âmbito profissional. Argumenta-se que a exaustão e cansaço contemporâneo não é apenas físico, mas sobretudo psíquico, que atribui aos indivíduos a responsabilidade individual pelo êxito profissional enquanto mascara as precariedades estruturais da educação (Han, 2015). Nesse contexto, os diversos profissionais encontram-se submetidos a uma carga de trabalho excessiva, bem como a um modelo educacional que exige o autogerenciamento contínuo, a adaptação a novas metodologias e cumprimento de demandas burocráticas cada vez mais intensas e inalcançáveis.

No caso dos docentes, a situação manifesta-se na exigência de inovação constante, na precarização das condições de trabalho e na internalização da culpa pelo próprio esgotamento. A consequência desse processo é o



esvaziamento da identidade docente, que passa a ser marcada por um sentimento de insuficiência e desamparo profissional (Han, 2015). Para o filósofo, tal forma de exaustão está diretamente ligada à positividade do excesso, isto é, a uma sociedade que não impõe necessariamente proibições externas rígidas, mas incentiva um autocontrole permanente e uma busca incessante por alto desempenho em todas as áreas da vida. O cansaço docente configura-se, nesse meio, não apenas como um problema individual, mas como um sintoma de um sistema que valoriza a produtividade acima da saúde e do bem-estar psicológico.

A identidade profissional de um sujeito é um conceito multifacetado que pode ser abordado a partir de diversas perspectivas teóricas, como a psicologia, a filosofia, a antropologia e, especialmente, a sociologia. Cada área oferece uma contribuição única para a compreensão da identidade e, portanto, enfocaremos em uma das abordagens existentes, sendo esta a abordagem sociológica proposta por Dubar (2005).

De acordo com o sociólogo francês Dubar (2005), a identidade é vista como um fenômeno dinâmico, considerado produto de interações sociais e processos de socialização em que o sujeito, por meio de suas relações sociais e contextos culturais, constrói e redefine a compreensão de si. Nesse sentido, a identidade profissional não é uma característica fixa ou intrínseca ao indivíduo, mas sim um processo em constante reconstrução, influenciado por fatores históricos, institucionais e relacionais. Emerge-se uma identidade profissional a partir da intersecção entre a trajetória subjetiva do indivíduo e as representações sociais atribuídas às ocupações no meio em que está inserido. Assim, a construção identitária ocorre por meio de um duplo movimento: de um lado, observa-se a interiorização das expectativas e normas estabelecidas pelo ambiente social ao redor do indivíduo e, de outro, a afirmação de uma identidade singular, resultante das experiências e reflexões individuais que estão contidas no interior de cada ser (Dubar, 2005).



A identidade profissional é continuamente negociada, reafirmada ou transformada a partir das interações e dos desafios enfrentados ao longo da vida profissional e social, influenciando-se tanto por processos de socialização primária quanto por aprendizados e adaptações adquiridos em contextos profissionais específicos de cada sujeito. A partir dos estudos acerca da sociedade do cansaço descrita por Han (2015), a identidade profissional torna-se instável e frágil, pois os professores frequentemente enfrentam desafios que minam seu senso de pertencimento e reconhecimento, permeando o sentimento de insuficiência e desgaste, como resultado da incessante busca por excelência e adaptação às mudanças estruturais da educação.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão problema: Quais as relações entre a superprodução e superdesempenho da sociedade contemporânea e a identidade profissional docente? O presente estudo objetiva analisar os efeitos das exigências de uma sociedade voltada à superprodução no exercício da docência e quais as possíveis influências na constituição identitária docente, evidenciando-se o posicionamento da legislação perante esse cenário. Justifica-se a presente pesquisa na necessidade de desmembrar a temática e analisá-la, devido a sua forte influência direta na experiência dos docentes e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes nos cursos de licenciatura.

Inicialmente, discute-se a constituição identitária do professor e sua formação inicial considerando a perspectiva identitária de Dubar (2005). Em seguida, realizou-se uma análise das principais legislações acerca da formação docente e seu posicionamento no que tange a identidade docente. E, posteriormente, a partir de Han (2015), examinou-se a relação entre as exigências educacionais e o desgaste docente, destacando os desafios da hiperprodutividade.

Conclui-se que, para enfrentar essa realidade e fortalecer a identidade docente, torna-se fundamental a promoção do bem-estar e da autonomia no exercício profissional, reconhecendo o professor como um sujeito historicamente



situado, cuja trajetória de vida e contexto social influenciam diretamente sua prática pedagógica. Além disso, faz-se necessária uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais e institucionais, de modo que estas não apenas valorizem a identidade docente em suas múltiplas dimensões, mas também tenham efeitos concretos na melhoria das condições de trabalho e no bem-estar dos profissionais. Dessa forma, a construção de um ambiente mais sustentável para o exercício da docência depende de estratégias que considerem tanto os aspectos individuais da identidade profissional quanto as dinâmicas estruturais que afetam a educação.

Desenho metodológico

O presente estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, adotando Han (2015) para realizar uma crítica contundente à configuração subjetiva e social da sociedade em que estamos inseridos, caracterizada pela substituição da negatividade da repressão, típica das sociedades disciplinares foucaultianas, pela positividade do desempenho, da autoexploração e da hiperatividade presente na contemporaneidade. A partir dessa perspectiva, analisa-se como o imperativo de produtividade ilimitada e autogerenciamento leva os docentes à exaustão psíquica e física, gerando psicopatologias como depressão, burnout e ansiedade, sendo compreendidas, de acordo com o autor, como manifestações emblemáticas da sociedade do desempenho (Han, 2015).

Evidencia-se, conforme Han (2015) o conceito de “sociedade do desempenho” que descreve um modelo social no qual o sujeito deixa de ser coagido por forças externas e passa a exercer sobre si um regime de autoexploração, motivado por ideais de produtividade, eficiência e constante superação. Nesse contexto, o indivíduo é interpelado a assumir o papel de “empreendedor de si mesmo”, mas que, paradoxalmente, conduz a um esgotamento físico, emocional e psíquico, manifestando-se, no campo educacional, a partir da exigência constante por atualização pedagógica, no



aumento das responsabilidades burocráticas e na internalização de um ideal de produtividade muitas vezes inalcançável (Han, 2015).

Procedeu-se, também, à realização de uma análise documental das normativas educacionais que regulam a formação inicial docente no Brasil, com ênfase nas resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Inicialmente, foi examinada a Resolução CNE/CP nº 02/2015, a qual estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, promovendo uma concepção de formação pautada na criticidade, na reflexão e no compromisso ético-político com a transformação social (Brasil, 2015). Em seguida, analisou-se a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que representou um redirecionamento significativo ao enfatizar a Base Nacional Comum para a Formação de Professores e adotar uma perspectiva mais tecnicista e instrumental, centrada no desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas às exigências do mercado e aos pressupostos da BNCC (Brasil, 2019). Por fim, a Resolução CNE/CP nº 04/2024, recentemente aprovada, foi considerada por buscar um ponto de equilíbrio entre os modelos anteriores, ainda que mantenha a BNCC como fundamento estruturante da formação inicial docente, revelando a persistência de uma lógica formativa orientada por padrões homogêneos e performativos (Brasil, 2024).

A interpretação dos documentos normativos foi realizada à luz do referencial teórico de Schultz (1973), especialmente no que se refere à concepção de capital humano e suas implicações para a política educacional. Tal abordagem possibilitou situar a formação docente em uma perspectiva histórico-crítica, evidenciando os possíveis avanços, limites e contradições das diretrizes oficiais, ao mesmo tempo, em que permitiu uma análise do posicionamento legislativo diante da construção da identidade docente.

Para estabelecer relações entre o pensamento de Han (2015), a constituição identitária docente e a legislação educacional, utilizou-se a metodologia do estado do conhecimento, consistindo em um processo sistemático de identificação, registro e categorização da produção científica



sobre uma determinada área em um período específico. Conforme apontam Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento configura-se como uma modalidade de investigação bibliográfica que visa mapear, organizar e analisar a produção acadêmico-científica sobre determinado tema, área ou problema de pesquisa. Destaca-se que tal prática investigativa vai além do simples levantamento bibliográfico, uma vez que envolve um processo analítico e interpretativo, permitindo, assim, identificar recorrências temáticas, tendências, lacunas, contribuições e contradições existentes no campo estudado. Trata-se, portanto, de uma ferramenta metodológica que subsidia a construção de novos objetos de estudo e orienta o desenvolvimento de pesquisas com maior densidade teórica e pertinência temática.

À luz de Minayo (2012), a análise qualitativa tem como centralidade o ato de compreender, um processo que exige a capacidade de se colocar no lugar do outro. Implica-se o exercício de reconhecer a singularidade de cada indivíduo, entendendo que sua subjetividade representa uma manifestação do seu modo de existir e experienciar o mundo ao seu redor. Concebe-se a análise qualitativa como um processo de construção de sentidos, no qual os dados são sistematizados, organizados e interpretados à luz das categorias teóricas e empíricas emergentes. Para realização da presente pesquisa, foi prestada atenção à lógica dos sujeitos sociais, de modo a produzir uma narrativa analítica que reflita suas vivências, contradições e significados. Ademais, a interpretação dos achados será articulada ao arcabouço conceitual adotado, visando não apenas descrever, mas compreender criticamente os fenômenos investigados (Minayo, 2012).

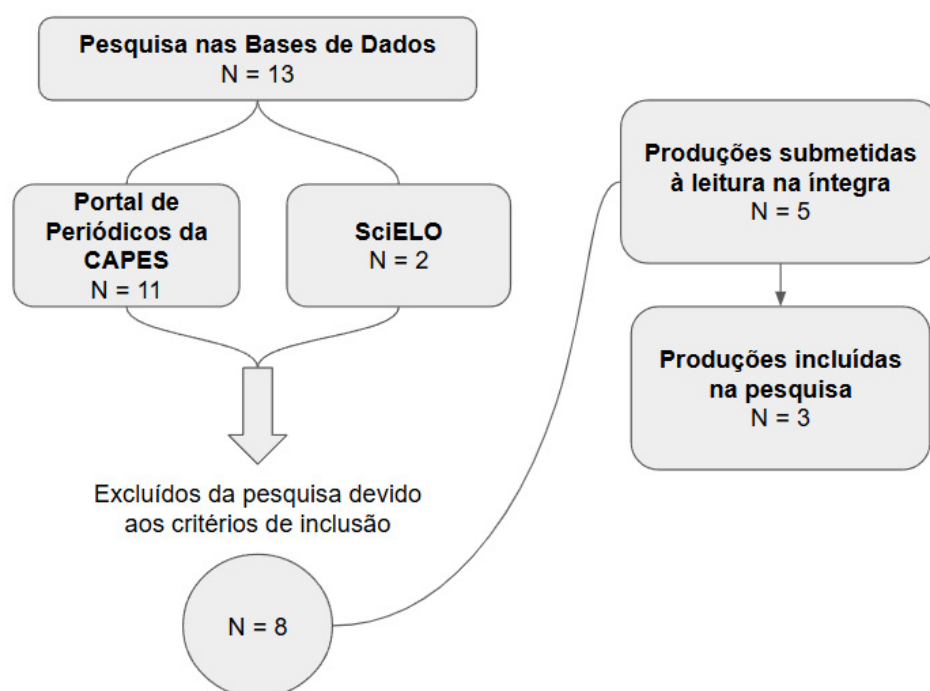
As buscas foram realizadas por meio de dois pesquisadores independentes nas seguintes bases de dados: Scielo e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores e operadores “Docência” AND “Cansaço”, adotando como recorte temporal os últimos 10 anos. Em seguida, foi realizada a pré-leitura dos artigos selecionados, levando em conta os critérios estabelecidos para a análise do título, resumo e palavras-chave das pesquisas a fim de garantir



a relevância dos materiais para a temática investigada e possibilitando uma melhor delimitação do corpus de análise. Como critérios de inclusão, adotou-se: a) artigos publicados em periódicos ou anais de eventos científicos da área da educação; b) disponibilidade na íntegra; c) produções publicadas no idioma português (Brasil); e d) abordar reflexões sobre a prática docente no contexto da superprodução contemporânea.

O levantamento inicial identificou 13 artigos relacionados à temática, sendo 11 localizados na base de dados Portal de Periódicos da CAPES e 2 na base de dados SciELO, dos quais 5 foram selecionados para a leitura integral. Após a leitura completa, foram selecionados 2 artigos e 1 dissertação para análise.

Figura 1 – Fluxograma da seleção dos artigos



Fonte: Os autores (2026).

Para realizar-se a análise das produções, os artigos foram submetidos aos protocolos da categorização temática que, conforme os pressupostos de Richardson (2007), trata-se de um método amplamente utilizado em pesquisas

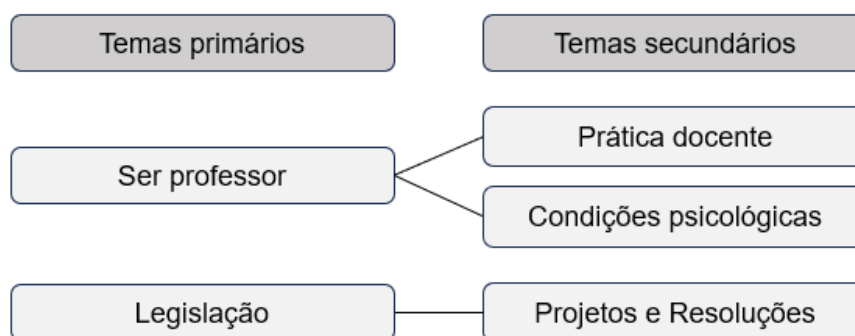


qualitativas para a sistematização e interpretação dos dados coletados. A categorização temática permite a organização e análise dos conteúdos a partir da identificação de padrões, significados e recorrências nos textos examinados, possibilitando uma abordagem mais estruturada e analítica da temática investigada.

Resultados da busca

A partir da análise das produções selecionadas, sendo: 1 - “Docência e exaustão emocional” (Reis *et al.*, 2006); 2 - “O burnout: estudo numa amostra de professores do Ensino Superior público português” (Aguilar; Costa, 2014); 3 - “A docência e o cotidiano da escola pública: influências na saúde mental do professor” (Lourenço; Valente, 2020), constataram-se os seguintes temas primários e secundários (Figura 2).

Figura 2 – Tema primário e temas secundários



Fonte: Os autores (2026).

A temática primária Ser Professor, desmembra-se na temática secundária Prática docente, na qual tem-se que “ensinar é uma atividade em geral altamente estressante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional dos professores” (Reis *et al.*, 2006, p. 231), podendo impactar significativamente a saúde física e mental dos educadores, bem como em sua prática profissional. A sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados, a ausência de condições adequadas de ensino, somadas à



responsabilização individual do docente diante de problemas estruturais da educação, contribuem para um cenário de desgaste contínuo que compromete tanto a qualidade do processo de ensino-aprendizagem quanto a construção e manutenção da identidade profissional docente.

O trabalho em si:

Irá ocupar os indivíduos oito horas diárias, durante mais de trinta anos. Da conjuntura atual os números podem vir a aumentar. Neste sentido, grande parte das nossas vidas é passada a trabalhar, daí este ser de suma importância no nosso bem-estar físico e psicológico. Infelizmente, este nem sempre possibilita o reconhecimento, crescimento e independência profissional originando frequentemente desmotivação, desinteresse, irritação e no limite um sentimento de exaustão que quando ocorrem poderá dar origem à síndrome de burnout (Aguilar; Costa, 2014, p. 1).

Permeia-se a profissão docente por “características individuais do professor e do aluno, da educação oferecida pela família, do convívio com os outros” (Lourenço; Valente, 2020, p. 7), exigindo constante adaptação dos educadores. Entretanto, tal adaptabilidade, que deveria ser acompanhada de apoio institucional e valorização profissional, muitas vezes encontra-se em um cenário marcado por sobrecarga de trabalho, baixos salários e acúmulo de tarefas burocráticas que extrapolam as funções pedagógicas do professor. Tais condições contribuem para a intensificação do trabalho docente e acentuam o processo de precarização da carreira, afetando diretamente a qualidade da educação e o equilíbrio psíquico e emocional dos profissionais. Além de comprometer a qualidade do ensino, tais condições elevam os riscos à saúde física e mental dos docentes, intensificando o esgotamento emocional e a desvalorização profissional, visto que:

No que se refere ao processo de trabalho docente pesquisado, os resultados indicam que as condições nem sempre são satisfatórias, pois o ambiente escolar no ensino público e a organização do trabalho apresentam características inadequadas. Assim, identificou-se que há elementos que interferem negativamente na saúde mental deste trabalhador (Lourenço; Valente, 2020, p. 8).



O docente encontra-se, portanto, numa situação de vigilância sobre suas ações permanente, na qual desenvolve “defesas psíquicas, estratégias de defesa na luta constante entre as adversidades do cotidiano e a luta contra o sofrimento psíquico” (Lourenço; Valente, 2020, p. 10), tentando reorganizar seu trabalho, a fim de combater o mal-estar no ambiente de trabalho. O trabalho docente, portanto, deixa de ser reconhecido em sua dimensão formativa e relacional para ser compreendido sob uma ótica produtivista, em que os resultados se sobrepõem aos processos.

A precarização das condições de trabalho, associada à intensificação das jornadas e à desvalorização simbólica da profissão, agrava ainda mais esse quadro. Como aponta Han (2015), a positividade do desempenho se transforma em um mecanismo de opressão internalizado, no qual o sujeito não é mais explorado por outrem, mas por si, sob o imperativo da autossuperação constante. O professor, nesse contexto, torna-se gestor de si, acumulando funções, reinventando práticas, e, simultaneamente, sendo responsabilizado por falhas sistêmicas que extrapolam sua esfera de atuação direta.

Emerge-se, a partir disso, a temática secundária Condições psicológicas docentes, na qual observa-se, decorrente ao cenário da profissão, docentes com burnout, sendo a síndrome frequentemente associada a profissões assistenciais, isto é, aquelas que exigem contato constante e intenso com outras pessoas, especialmente em contextos de alta demanda emocional. Profissionais que atuam nessas áreas, como professores, profissionais da saúde e assistentes sociais, apresentam um risco elevado de desenvolver a síndrome do burnout devido à sobrecarga de trabalho, à necessidade de lidar com situações emocionalmente exigentes e, muitas vezes, à falta de suporte institucional adequado (Aguilar; Costa, 2014).

Os problemas relacionados com estudantes em ambiente escolar, tais como indisciplina e falta de motivação, a percepção de baixa autonomia e controle sobre suas atividades agravam a situação, pois reduzem a capacidade do docente de lidar com os desafios da profissão, aumentando a sensação



de sobrecarga e vulnerabilidade psicológica, visto que a síndrome “instala-se muitas vezes a partir de expectativas elevadas e não realizadas” (Reis *et al.*, 2006, p. 233).

O estresse é um estado geral de tensão fisiológica e mantém relação direta com as demandas do ambiente. O estresse ocupacional constitui experiência extremamente desagradável, associada a sentimentos de hostilidade, tensão, ansiedade, frustração e depressão, desencadeados por estressores localizados no ambiente de trabalho (Reis *et al.*, 2006).

Denuncia-se a ausência de suporte social como fator determinante para o agravamento do estresse e da exaustão emocional entre os professores e as consequências desse cenário afeta não apenas os professores, mas também suas famílias, o relacionamento professor-estudante, bem como a sociedade por completo que perde a oportunidade de um sistema educacional saudável e transformador (Aguilar; Costa, 2014; Reis *et al.*, 2006).

Ao tratar-se da temática secundária Projetos e Resoluções, analisa-se a Resolução CNE/CP nº 02/2015, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores da educação básica, objetivando garantir uma formação docente que atenda às exigências educacionais do país, promovendo a valorização do magistério e o aprimoramento das práticas pedagógicas (Brasil, 2015). Entretanto, o que se observa na prática são os desafios na sua implementação efetiva, devido precarização da carreira, a sobrecarga de trabalho e a falta de suporte institucional, tornando-as meras orientações teóricas sem reflexos concretos na melhoria das condições de trabalho dos professores.

A Resolução CNE/CP nº 02/2019, que substitui a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, reflete uma visão tecnicista da formação docente, alinhando-se fortemente à teoria do Capital Humano, de Schultz (1973), enxergando a Educação como um investimento para aumentar a produtividade do indivíduo no mercado de trabalho, reduzindo



o papel da formação ao desenvolvimento de competências voltadas para a empregabilidade e a eficiência econômica.

Han (2015) argumenta que, enquanto a sociedade disciplinar descrita por Foucault era marcada pela vigilância e pelo controle externo, a sociedade contemporânea se transformou em uma sociedade do desempenho. Nela, o foco não está mais na repressão, mas na autoexploração, onde os indivíduos “não se chamam mais ‘sujeitos da obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção” (Han, 2015, p. 14). O cenário fomenta a chamada violência neuronal, sendo os transtornos como depressão, síndrome de burnout, ansiedade e outras doenças psíquicas, configurando-se como uma forma de violência silenciosa, mas profundamente destrutiva. Nesse contexto sociológico, a negatividade da coerção cede lugar a uma positividade ilusória, na qual o indivíduo é constantemente incentivado a alegrar-se metas, resultados e produtividade, tornando-se prisioneiro da exigência incessante de superar a si mesmo, portanto:

No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados (Han, 2015, p. 14).

Diante da crescente incidência de estresse, cansaço e esgotamento profissional entre os docentes, torna-se imprescindível que as legislações educacionais e trabalhistas incluam diretrizes específicas voltadas à preservação da saúde mental dos professores. A formulação de políticas públicas deve transcender o caráter normativo e garantir a efetiva implementação de medidas que assegurem condições adequadas de trabalho, reduzam a sobrecarga docente e promovam suporte psicológico e emocional contínuo.

A constituição identitária docente

A identidade docente é um fenômeno complexo e dinâmico, resultante da interação entre fatores individuais, sociais e institucionais. No campo educacional, a construção identitária do professor não se restringe à formação



acadêmica ou ao exercício da profissão, mas envolve um processo contínuo de ressignificação, influenciado por experiências pessoais, exigências institucionais e pela própria evolução das práticas pedagógicas. O presente tópico tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a constituição da identidade profissional docente, explorando suas múltiplas dimensões e os fatores que influenciam sua formação e desenvolvimento.

Pode-se compreender a dinâmica da constituição identitária docente a partir de diversas linhas teóricas, cada uma oferecendo uma abordagem distinta sobre os processos de construção da identidade profissional. No presente estudo, adota-se a perspectiva sociológica de Dubar (2005), que concebe a identidade como um processo dinâmico e relacional, resultante das interações entre o indivíduo e o meio social. Propõe-se que a identidade não é algo fixo ou dado, mas sim um processo em constante transformação, emergindo-se da interação entre o sujeito e o ambiente social, sendo, portanto, uma construção relacional que envolve tanto a percepção interna que o indivíduo tem de si mesmo quanto às influências externas provenientes das interações com outros indivíduos e com as instituições.

A identidade, portanto, não é apenas uma autodefinição, mas também um reflexo das definições que os outros indivíduos impõem ao sujeito com base em suas ações, comportamentos e características sociais, tratando-se de uma construção social e subjetiva, marcada, de acordo com Dubar (2005) pela dualidade que articula dimensões complementares: a identidade para si e a identidade para o outro. A “identidade para si” refere-se à forma como o indivíduo percebe e constrói sua autocompreensão, abrangendo aspectos subjetivos relacionados à personalidade, aos pensamentos, aos sentimentos e às ações. Essa dimensão identitária está intrinsecamente associada ao processo de autorreflexão e ao desenvolvimento contínuo do sentido de ser.

A construção da “identidade para si” ocorre de maneira dinâmica e processual, sendo constantemente influenciada pelas experiências vivenciadas pelo indivíduo e pelas interações que estabelece ao longo da vida. Nesse



sentido, essa identidade não é fixa nem imutável, mas se transforma à medida que novos significados são atribuídos às vivências pessoais e sociais. O sujeito, ao interpretar suas próprias experiências e ao relacioná-las com seus valores e motivações, desenvolve uma compreensão mais profunda de quem é e de como deseja se posicionar no mundo.

Além disso, a “identidade para si” não pode ser dissociada do contexto sociocultural no qual o indivíduo está inserido. As normas, os discursos e as representações sociais exercem influência sobre a construção identitária, oferecendo referências simbólicas que podem ser assimiladas, reinterpretadas ou contestadas pelo sujeito. Portanto, embora a identidade pessoal seja construída internamente, observa-se o diálogo com elementos externos que contribuem para a formação de um senso de identidade coerente e significativo (Dubar, 2005).

Por outro lado, Dubar (2005) apresenta ainda a chamada “identidade para o outro”, sendo esta referente à maneira como o indivíduo é percebido e categorizado socialmente, ou seja, à identidade que lhe é atribuída pelos demais. Sua construção ocorre a partir das interações sociais, dos papéis sociais designados pelo grupo e das normas culturais que estabelecem expectativas em relação ao comportamento e às características do sujeito. Nesse sentido, a identidade para o outro não é um reflexo direto da autopercepção do indivíduo, mas sim uma representação construída coletivamente, mediada por discursos, valores e convenções sociais vigentes.

Observa-se que as atribuições identitárias dessa natureza estão estreitamente vinculadas a estereótipos, rótulos e categorias sociais, como classe social, gênero, etnia e nacionalidade, que frequentemente servem como marcadores na classificação dos indivíduos dentro de determinados contextos socioculturais. Essas construções sociais influenciam a forma como os sujeitos são aceitos, incluídos ou marginalizados em diferentes esferas da vida pública e privada, reforçando dinâmicas de poder e reconhecimento social. Como destaca Dubar (2005), a identidade não é um dado fixo, mas um processo



dinâmico e relacional, no qual a autopercepção do sujeito é constantemente negociada em diálogo com as representações que os outros constroem sobre o indivíduo.

A “identidade para o outro” é fluida e sujeita a transformações ao longo da trajetória de vida do indivíduo. Elementos como socialização, educação, contexto histórico e ambiente familiar exercem um papel crucial na formação e ressignificação dessas identidades atribuídas. O sujeito, por sua vez, pode aceitar, contestar ou ressignificar os rótulos que lhe são impostos, num movimento contínuo de construção identitária que envolve tanto aspectos individuais quanto coletivos. Compreender a “identidade para o outro” implica reconhecer que a identidade pessoal não se forma isoladamente, mas sim em um complexo processo de interação social e reconhecimento mútuo.

O processo de construção da identidade do professor ocorre a partir da transição da esfera pessoal e familiar para o campo da educação, no qual se articulam influências sociais, culturais e institucionais. Nesse contexto, destaca-se o papel determinante e influenciador da formação inicial e do docente universitário na constituição identitária docente dos estudantes de licenciatura, uma vez que, conforme Dubar (2005), a identidade profissional do professor é forjada, em grande parte, durante sua trajetória acadêmica. O ensino superior desempenha um papel central nesse processo, ao fornecer o aporte teórico necessário para enfrentar os desafios práticos da docência, além de representar um momento crucial no qual o sujeito internaliza as expectativas, os valores e as definições que lhe são atribuídos pelos pares, professores e demais agentes da formação acadêmica.

O papel da legislação na constituição identitária profissional dos discentes revela-se impactante, uma vez que os marcos normativos que regulam a formação docente, ao definirem competências, habilidades e perfis profissionais desejáveis, exercem influência significativa sobre o modo como os futuros professores constroem suas identidades profissionais. As diretrizes legais, ao estabelecer parâmetros curriculares e delinear as expectativas



institucionais, não apenas orientam a prática pedagógica, mas também moldam os discursos, posicionamentos e relações estabelecidas no processo formativo.

Os conflitos identitários emergem quando as percepções externas não coincidem com a autoimagem do sujeito, gerando um espaço de negociação e adaptação, sendo a forma como o sujeito lida com tais contradições, seja por meio de adaptação, conformidade ou resistência (Dubar, 2005). Nesse contexto, de acordo com o autor, emergem as chamadas “estratégias identitárias”, compreendidas como os modos pelos quais os sujeitos lidam com as tensões e contradições inerentes ao processo de construção identitária, sobretudo quando confrontados com conflitos entre a identidade para si e a identidade projetada pelo outro, neste caso, representado pelas prescrições legais e institucionais que delimitam o que se espera de um “bom professor”. O sujeito pode, por exemplo, buscar atender às expectativas da legislação e da sociedade, ajustando-se aos papéis e normas impostos, ou, ao contrário, pode adotar uma postura de resistência, desafiando as categorizações e construindo uma identidade que se distancie das expectativas externas.

A construção identitária, seja no âmbito pessoal, social ou profissional, revela-se como um processo dinâmico e relacional, permeado por influências subjetivas e coletivas. No caso da identidade docente, o processo de constituição identitária torna-se ainda mais complexo, uma vez que a trajetória de formação inicial desempenha um papel fundamental na internalização de valores, concepções, expectativas e desafios da profissão. Assim, a identidade profissional docente não se configura de maneira estática, mas é continuamente moldada por experiências acadêmicas, interações institucionais e vivências práticas no exercício da docência, tornando necessário compreender a identidade como um fenômeno em constante construção que possibilita uma reflexão mais ampla sobre os fatores que influenciam a constituição dos sujeitos em diferentes contextos sociais e profissionais.



A posição da legislação

Em tempos de exaustão, caracterizados pelo excesso de demandas e pela sobrecarga emocional, torna-se fundamental analisar o papel da legislação na construção e na preservação da identidade profissional dos professores. As políticas educacionais e os marcos regulatórios não apenas estabelecem parâmetros para a prática pedagógica, mas também refletem concepções sobre o papel do docente na sociedade contemporânea. O presente tópico busca examinar de que forma a legislação educacional responde às exigências e desafios enfrentados pelos professores, considerando o impacto das normativas na valorização, no reconhecimento e no bem-estar desses profissionais em um contexto marcado pela sociedade do cansaço.

Ao analisar a legislação, tem-se a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, enfocando as competências e habilidades necessárias ao docente, sem, no entanto, aprofundar-se na construção da identidade profissional docente. A resolução aborda aspectos relacionados à formação do professor, enfatizando o desenvolvimento de competências para o exercício da docência, mas não dedica uma atenção específica ao processo de construção da identidade profissional do educador, uma dimensão fundamental para o desenvolvimento de sua prática pedagógica e seu papel dentro da sociedade (Brasil, 2015).

Ao estabelecer diretrizes para a formação de professores, a resolução alinha-se aos pressupostos do capital, especialmente no que tange à ênfase na produtividade e na adequação da formação docente às exigências do mercado de trabalho. Privilegia-se a formação do docente com foco em competências e habilidades que atendam diretamente às demandas do mercado, refletindo uma perspectiva mercadológica na qual a educação é vista, enfatizando-se um ensino pragmático, voltado para a preparação do educador com competências



claramente delineadas e que atendam às expectativas do setor educacional, muitas vezes reduzidas a um conjunto de habilidades técnicas e operacionais.

A Resolução CNE/CP nº 02/2019, ao orientar a formação docente, reflete uma clara ênfase nas competências pedagógicas e na aplicação de métodos eficazes de ensino, direcionando-se de maneira predominante ao “como” ensinar, enquanto negligencia de maneira substancial o “quê” ensinar e os aspectos mais amplos da formação humana e reflexiva do professor (Brasil, 2019). A abordagem coloca o foco nas práticas pedagógicas específicas, na eficiência do processo de ensino-aprendizagem e no atendimento a critérios pragmáticos e utilitaristas, desconsiderando a complexidade do processo formativo do educador como sujeito e seu papel enquanto agente de transformação social. A educação, nesse modelo, passa a ser vista apenas como um meio para atingir resultados mensuráveis, muitas vezes desconectados das necessidades mais amplas de formação crítica, ética e reflexiva dos alunos.

A Resolução CNE/CP nº 04/2024, resolução mais recente que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, gerou debates significativos no meio educacional (Brasil, 2024). Embora a resolução busque integrar elementos das diretrizes anteriores, como a relação entre teoria e prática e a valorização dos profissionais da educação, mantém-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como eixo estruturante da formação inicial dos professores. Nesse cenário, a Resolução nº 04/2024 reforça uma lógica tecnicista e instrumental da educação, priorizando competências voltadas para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação crítica e reflexiva. A abordagem, portanto, tende a reduzir o professor a um mero executor de metodologias padronizadas, desconsiderando sua autonomia intelectual e a complexidade do ato de ensinar.

Critica-se tal ênfase na BNCC, uma vez que leva à padronização e à restrição dos conhecimentos produzidos historicamente, limitando a formação crítica e reflexiva dos docentes. Ao priorizar a capacitação do docente para



atender às demandas do mercado, tais resoluções inserem-se no contexto de um modelo educacional que vê o ensino como um meio de aprimorar o capital humano, no qual o investimento em formação docente é tratado como uma forma de aumentar a “rentabilidade” do profissional no mercado de trabalho.

Observa-se, portanto, que as resoluções estão alinhadas à teoria do capital humano, proposto por Schultz (1973), no qual o investimento em educação, treinamento e habilidades aumenta o valor e a produtividade de um indivíduo no mercado de trabalho, considerando a educação como um tipo de “capital” que pode ser investido e que gera retornos econômicos. Schultz (1973) argumenta que, assim como o capital físico (dinheiro, ferramentas, maquinários) pode ser utilizado para aumentar a produção, o capital humano (conhecimentos, habilidades e competências adquiridas por meio da educação) também pode ser um meio de gerar maior produtividade e, conseqüentemente, crescimento econômico.

Ao se concentrar principalmente na qualificação técnica e na produtividade, a legislação mostra-se, portanto, despreocupada com aspectos fundamentais da profissão docente, como a reflexão crítica sobre a educação, a formação ética e a promoção de uma educação emancipatória, que são necessários para uma verdadeira transformação social por meio da educação. A abordagem utilitarista e mercadológica, dessa forma, limita a formação docente a uma perspectiva de “formação para o mercado”, sem considerar a identidade e a prática reflexiva do educador como agentes de mudança.

A Sociedade do Cansaço de Byung-Chul Han

O filósofo Han (2015), em sua obra *Sociedade do Cansaço*, analisa as consequências das exigências contemporâneas de produtividade, que impactam diretamente a saúde mental e emocional dos profissionais. A sociedade moderna não impõe uma disciplina externa sobre os indivíduos, mas sim um impulso interno para o desempenho, criando um ambiente de autoexploração e esgotamento. A pressão pela eficiência e pelo desempenho resulta em um



esgotamento físico e psicológico, fenômeno que pode ser observado em muitos docentes na contemporaneidade, visto que os mesmos enfrentam não apenas as exigências da sala de aula, mas também a sobrecarga de tarefas administrativas e a pressão por resultados acadêmicos e profissionais (Han, 2015).

Percebe-se esse cenário perspectiva no Estado do Paraná, onde os docentes da rede estadual têm a oportunidade de receber o Bônus de Resultado de Aprendizagem (BRA), uma gratificação financeira destinada a incentivar a melhoria da qualidade educacional. Conforme a Lei Estadual nº 21.847/2023, sancionada em 14 de dezembro de 2023, o bônus é concedido a todos os profissionais das escolas que atingirem ou ultrapassarem a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipulada pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) (Paraná, 2023).

Bauman (2001), ao discutir a modernidade líquida, descreve as relações humanas como frágeis, caracterizadas pela fluidez, pela efemeridade e pela fragilidade dos vínculos humanos, resultando em um mundo onde as relações são cada vez mais instáveis e voláteis. A lógica da modernidade líquida aplicada à Educação reflete-se na forma como os professores são constantemente pressionados a se adaptar a novas demandas pedagógicas, tecnológicas e administrativas, sem, no entanto, receberem o suporte necessário para lidar com tais transformações.

A docência, antes concebida como uma profissão baseada em vínculos sólidos e duradouros entre professor e aluno, torna-se cada vez mais fragmentada, pautada por uma cultura de resultados e produtividade. O trabalho pedagógico, que deveria ser um processo formativo e reflexivo, passa a ser reduzido a indicadores de desempenho, avaliações quantitativas e metas institucionais que ignoram a complexidade da prática docente. Concomitante a isso, o excesso de positividade e autoexploração levam ao esgotamento e ao burnout docente, devido a constante avaliação e cobrança por desempenho que transformam sua vocação em uma fonte de sofrimento (Han, 2015).



O professor, nesse cenário, torna-se um ser “inanimado”, tendo sua função voltada para seguir regras e normas, bater metas e obter resultados, colocando-se assim, em uma posição que favorece condições psicológicas negativas, sendo apenas mais um sujeito inserido na sociedade do cansaço. Tal modelo de trabalho, pautado na hiperprodutividade e na incessante busca por desempenho, não apenas desumaniza a docência, mas também coloca o professor em uma posição de vulnerabilidade psicológica, favorecendo o surgimento de transtornos como ansiedade, depressão e burnout. Assim, o docente torna-se mais um sujeito absorvido pela lógica da sociedade do cansaço (Han, 2015), onde a exaustão é normalizada e a sobrecarga é interpretada como um indicativo de comprometimento profissional.

No que tange às relações interpessoais no ambiente escolar e acadêmico, a liquidez da modernidade se manifesta na efemeridade e na instrumentalização dos vínculos. As interações, antes baseadas no compartilhamento de saberes e na construção coletiva do conhecimento, são progressivamente esvaziadas, convertendo-se em meras formalidades que visam atender a exigências burocráticas e institucionais. A cooperação dá lugar à competição, o diálogo cede espaço para a tecnicidade, e a formação humana perde terreno para um ensino padronizado, voltado para a produtividade e a quantificação do aprendizado (Bauman, 2001).

A realidade da sociedade no cansaço no contexto educacional, impacta diretamente não apenas a identidade e o bem-estar docente, mas também a qualidade da educação e a experiência dos próprios alunos, que deixam de vivenciar um processo educativo rico e transformador para se tornarem consumidores de conteúdos fragmentados, formatados para atender às demandas do sistema. Diante desse quadro, repensar o papel da docência e buscar alternativas que resgatem a essência humanizadora do ensino torna-se uma urgência social e educacional.

Considerações finais



O presente estudo possibilitou compreender como a literatura acadêmica discute o cansaço docente e de que forma as normativas educacionais podem estar relacionadas à intensificação desse fenômeno. Ao examinar as diretrizes que regulamentam a formação e o exercício profissional dos professores, identificaram-se impactos substanciais tanto no desgaste físico e emocional desses profissionais quanto na construção e ressignificação de sua identidade docente. O embate entre as expectativas institucionais e as condições reais de trabalho cria um cenário paradoxal, no qual os professores são continuamente incentivados a aprimorar suas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que enfrentam condições adversas que dificultam tal aprimoramento.

A idealização da figura do “professor perfeito”, associada à lógica da hiperprodutividade e da autoexploração, impõe demandas inalcançáveis que repercutem diretamente na saúde mental dos docentes. O sistema educacional, nesse sentido, fomenta um ambiente de constante pressão, no qual o professor é compelido a atender não apenas às exigências acadêmicas, mas também a responsabilidades administrativas, burocráticas e emocionais. Tal acúmulo de funções, aliado à falta de reconhecimento e suporte institucional, contribui para o desenvolvimento da síndrome de burnout, da ansiedade generalizada e de outros transtornos psicossociais que comprometem tanto a qualidade da educação quanto a permanência desses profissionais na carreira.

O desgaste emocional dos professores reflete um fenômeno estrutural que transcende a experiência individual e evidencia as contradições do modelo educacional contemporâneo. A lógica da sociedade do desempenho, conforme analisada por Byung-Chul Han (2015), promove uma cultura de cobrança incessante e de produtividade ilimitada, na qual os próprios sujeitos internalizam a pressão e se tornam agentes de sua própria exploração. No contexto da docência, o cenário manifesta-se na exigência constante por atualização pedagógica, no aumento das responsabilidades burocráticas e na dificuldade de estabelecer limites entre a vida profissional e pessoal. A perda do caráter humano da educação, reduzida a metas quantitativas e avaliações



de desempenho, compromete a construção de um ambiente de aprendizagem saudável e genuíno.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que as políticas educacionais deixem de ser meros instrumentos normativos e passem a atuar de maneira efetiva na promoção do bem-estar docente. A criação de programas de valorização profissional, a redução da carga burocrática, a oferta de assistência psicológica aos professores e a adequação das condições de trabalho são medidas fundamentais para mitigar os impactos do cansaço docente. Além disso, é necessário um esforço coletivo para ressignificar a identidade profissional do professor, promovendo uma gestão educacional mais humanizada, ética e comprometida com a qualidade de vida dos docentes e, conseqüentemente, com a excelência da educação.

Embora existam diversas legislações que visam assegurar melhores condições de trabalho, na prática, as normativas frequentemente se mostram insuficientes e contraditórias, falhando em abordar os desafios estruturais que perpetuam a precarização do magistério. Dessa forma, é essencial que gestores, formuladores de políticas públicas e a sociedade em geral compreendam a urgência de transformar o cenário educacional, reconhecendo que a valorização da docência não é apenas uma questão profissional, mas também uma necessidade social para a construção de um sistema educacional mais justo, equitativo e sustentável.

Referências

AGUILAR, Anabela; COSTA, Alexandra Ribeiro da. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. **Conferência em Investigação e Intervenção em Recursos Humanos**, São Mamede de Infesta, v. 5, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.26537/iirh.v0i5.2182>. Acesso em: 15 out. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 2 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 115-119, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2019>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 26, 3 jun. 2024.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOURENÇO, Vania Regina; VALENTE, Gisele Silva Castanha. Teaching and public school daily life: influences on the teacher's mental health. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, p. e5967, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5967>. Acesso em: 2 dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 18 out. 2025.



MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PARANÁ. **Lei nº 21.847, de 14 de dezembro de 2023**. Institui o Bônus de Resultado de Aprendizagem aos servidores que exerçam atividades nas instituições de ensino, nos Núcleos Regionais de Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas. Curitiba: Palácio do Governo, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-21847-2023-parana-institui-o-bonus-de-resultado-de-aprendizagem-aos-servidores-que-exercam-atividades-nas-instituicoes-de-ensino-nos-nucleos-regionais-de-educacao-na-secretaria-de-estado-da-educacao-e-nas-unidades-a-ela-vinculadas>. Acesso em: 25 nov. 2025.

REIS, Edson José Farias Borges dos; ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins; BARBALHO, Lúcia; SILVA, Marcos Oliveira e. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100011>. Acesso em: 10 nov. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de M. A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



Como citar

BENELI, Vitória de Valôis Veloso. CATABRIGA, Lorena Mota. MATIAS, Vânia de Fátima. A identidade docente em tempos de exaustão: entre a prática pedagógica e a sociedade do cansaço. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-29, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54507>.

Submetido em: 15 de janeiro de 2026

Aceito em: 02 de março de 2026

Publicado em: 04 de maio de 2026



CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica
Financiamento:	Não se aplica
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	<p>BENELI, V. V. V declara ter realizado conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, visualização, redação – rascunho original, redação – revisão e edição.</p> <p>CATABRIGA, L. M. declara ter realizado supervisão, validação, visualização, redação – revisão e edição.</p> <p>MATIAS, V. de F. declara ter realizado supervisão, validação, redação – revisão e edição</p>

Equipe Editorial

Editor de Seção:	Quenizia Vieira Lopes
Membro da Equipe de Produção:	Ana Luiza Marques Pedraçoli
Assistente de Editoração:	Gislaine Franco de Moura
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni – Escritório de Apoio ao Editor Científico

